IMPACTOS DA DITADURA NA EDUCAÇÃO

ELAINE PEREIRA DA SILVA

RESUMO
Este artigo tem como objetivo analisar os impactos da ditadura civil-militar brasileira, instaurada em 1964, no campo da educação. A pesquisa investiga como a repressão política e a censura influenciaram o conteúdo programático, a formação de professores e o ambiente escolar durante esse período. Para tanto, realiza-se uma revisão histórica e crítica sobre as políticas educacionais impostas pelos militares, os mecanismos de controle ideológico e os desdobramentos disso na educação contemporânea. A análise evidencia que, embora o regime tenha ampliado o acesso à educação básica e técnica, essa expansão foi marcada por uma estrutura autoritária e por um projeto educacional voltado à formação de mão de obra submissa ao sistema capitalista. Conclui-se que os resquícios dessa política ainda são percebidos na valorização limitada do pensamento crítico nas escolas públicas.
PALAVRAS-CHAVE: ditadura militar, educação, censura, repressão, política educacional.

ABSTRACT
This article analyzes the impacts of the Brazilian civil-military dictatorship, established in 1964, on education. The research investigates how political repression and censorship influenced curriculum content, teacher training, and the school environment during this period. To this end, it conducts a historical and critical review of the educational policies imposed by the military, the mechanisms of ideological control, and their implications for contemporary education. The analysis highlights that, although the regime expanded access to basic and technical education, this expansion was marked by an authoritarian structure and an educational program focused on training a workforce submissive to the capitalist system. It concludes that the remnants of this policy are still evident in the limited appreciation of critical thinking in public schools.
formative agent of social and democratic values, promoting critical thinking and inclusion.
KEYWORDS: military dictatorship, education, censorship, repression, educational policy.

1 INTRODUÇÃO

A ditadura civil-militar iniciada no Brasil em 1964 promoveu profundas transformações em diversos setores da sociedade, especialmente na educação. Imbuído de um projeto político autoritário, o regime priorizou a manutenção da ordem e a repressão de movimentos considerados subversivos. Nesse contexto, a escola foi transformada em um instrumento de controle ideológico, e o sistema educacional passou a refletir os interesses do regime. Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre como a ditadura moldou a educação brasileira, considerando seus impactos imediatos e suas consequências duradouras. A análise parte da compreensão histórica do período, investiga as políticas implementadas e discute o legado autoritário deixado para as gerações seguintes.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

A ditadura militar no Brasil teve início em 31 de março de 1964, com o golpe que depôs o presidente democraticamente eleito João Goulart. Esse período, que perdurou até 1985, foi marcado por uma série de medidas autoritárias, a suspensão de direitos civis e o cerceamento das liberdades individuais. O regime militar se estabeleceu sob o pretexto de proteger o país do comunismo e preservar a ordem, mas na prática, consolidou um governo centralizador, baseado na repressão política, censura e controle das instituições, incluindo a educação.

A ascensão dos militares ao poder não ocorreu de forma isolada; ela foi fruto de um contexto internacional e nacional de instabilidade. No plano externo, o mundo vivia a Guerra Fria, marcada pela polarização entre os Estados Unidos e a União Soviética. Internamente, havia uma crescente mobilização

social, com movimentos de trabalhadores, estudantes e setores progressistas exigindo reformas estruturais, como a agrária, urbana e educacional. Essa efervescência assustou as elites econômicas e setores conservadores da sociedade, que passaram a apoiar a intervenção militar.

A ditadura se organizou por meio de uma série de Atos Institucionais (AIs), sendo o mais marcante o AI-5, de 1968, que suprimiu direitos políticos, instituiu a censura prévia e autorizou o fechamento do Congresso Nacional. Nesse cenário de autoritarismo crescente, a educação foi encarada não como um direito ou ferramenta de emancipação social, mas como um instrumento de controle ideológico, o que motivou uma profunda reestruturação dos conteúdos escolares, das instituições de ensino e das práticas pedagógicas.

Além disso, o regime utilizou a educação como meio de legitimação do poder, impondo valores nacionalistas, anticomunistas e de exaltação das Forças Armadas. As universidades foram especialmente atingidas, com a invasão de campus, prisões de professores e estudantes, cassações de docentes e reitores, e o fechamento de cursos considerados subversivos. Assim, compreender o contexto histórico da ditadura é fundamental para analisar seus efeitos duradouros sobre a educação brasileira, que ainda carrega em sua estrutura traços dessa intervenção autoritária.

3 A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE DOMINAÇÃO

Durante o regime militar, a educação passou a ser estrategicamente utilizada como um meio eficaz de dominação e controle social. O governo compreendia o poder da escola na formação da consciência crítica e buscou redirecionar esse potencial, transformando a educação em uma ferramenta de reprodução da ideologia dominante. A escola deixou de ser um espaço de reflexão e se tornou, sobretudo, um instrumento de disciplinamento, nacionalismo exacerbado e contenção do pensamento progressista.

Essa apropriação da educação foi operacionalizada por meio de políticas públicas que remodelaram o sistema de ensino para atender aos interesses do regime. A doutrinação ideológica passou a fazer parte do cotidiano escolar, por meio da imposição de conteúdos que exaltavam o civismo, o militarismo e a obediência às autoridades. A disciplina de Educação Moral e Cívica, por exemplo, foi introduzida no currículo de todas as escolas, com o objetivo de formar cidadãos submissos e leais aos ideais do governo. Nessa disciplina, os estudantes eram ensinados a valorizar o "milagre econômico", a respeitar os símbolos nacionais e a enxergar as Forças Armadas como protetoras da ordem e da democracia.

Além disso, o ensino de História e Geografia foi rigidamente controlado, com forte censura sobre temas sensíveis, como lutas sociais, movimentos populares e ditaduras na América Latina. O conteúdo desses componentes curriculares foi cuidadosamente selecionado para apagar vestígios de resistência, esconder a repressão e legitimar a atuação dos militares. Dessa forma, os livros didáticos foram reformulados para se alinharem ao discurso oficial, eliminando qualquer referência a ideias consideradas "subversivas" ou "esquerdistas".

A pedagogia tradicional, centrada na memorização, na passividade do aluno e na autoridade absoluta do professor, foi reforçada como método de ensino predominante. Essa metodologia dificultava a construção do pensamento crítico, inibia o diálogo e reduzia o processo educativo a uma simples transmissão de informações. Com isso, o modelo educacional da ditadura buscava formar sujeitos conformistas, incapazes de questionar o status quo e preparados apenas para cumprir papéis funcionais dentro da lógica do desenvolvimento econômico e da ordem estabelecida.

Portanto, a educação durante o regime militar não foi neutra nem isenta: ela esteve diretamente subordinada a um projeto político autoritário, cujo objetivo principal era garantir a manutenção do poder e moldar

uma sociedade alinhada aos valores do regime. Ao instrumentalizar a escola, o Estado militar minou sua função emancipadora, impondo uma lógica de silêncio, obediência e reprodução ideológica.

4 CENSURA E CONTROLE IDEOLÓGICO NAS ESCOLAS

Um dos traços mais marcantes da ditadura militar foi o exercício sistemático da censura como forma de silenciar ideias, controlar narrativas e impor uma única visão de mundo. No campo educacional, essa prática se manifestou de maneira contundente, afetando desde a produção de materiais didáticos até a liberdade de expressão de professores e estudantes. A escola tornou-se um ambiente vigiado, no qual qualquer manifestação considerada contrária ao regime poderia ser interpretada como subversiva e resultar em punições severas.

A censura educacional se fazia presente de diversas formas. Os livros didáticos eram criteriosamente revisados pelos órgãos de controle do governo, e muitos foram proibidos ou modificados para excluir passagens que tratassem de temas políticos, sociais ou históricos que contrariassem a visão oficial. Assuntos como luta de classes, sindicalismo, socialismo, movimentos populares e qualquer referência crítica ao autoritarismo eram sistematicamente eliminados. O Estado buscava, dessa forma, moldar a memória coletiva das futuras gerações, construindo uma narrativa que apagasse a resistência e exaltasse a autoridade das Forças Armadas.

Os professores, especialmente nas áreas de Humanas, passaram a ser alvo constante da vigilância institucional. Havia delatores infiltrados em salas de aula, conhecidos como "dedos-duros", cuja função era reportar qualquer fala ou comportamento que indicasse oposição ao regime. Muitos docentes foram presos, torturados, exilados ou tiveram seus direitos políticos cassados por defenderem ideias consideradas perigosas. A autonomia docente foi duramente atacada, instaurando-se um clima de medo e autocensura, no qual até mesmo o debate acadêmico era restringido.

Nas universidades, o controle ideológico se intensificou após o AI-5 (1968), com o fechamento de centros acadêmicos, a invasão de campi universitários por forças policiais e a perseguição a lideranças estudantis e professores engajados. As instituições de ensino superior foram obrigadas a adequar seus currículos e a restringir suas atividades científicas e culturais, sufocando o pensamento crítico e a liberdade de cátedra. Muitos cursos de Ciências Sociais, Filosofia e História foram esvaziados ou extintos, sob o pretexto de combater a "doutrinação comunista".

No ensino básico, o ambiente escolar era orientado pela disciplina rígida, pelo respeito incondicional às autoridades e pela vigilância constante. Os diretores e coordenadores pedagógicos atuavam como representantes do Estado dentro das escolas, garantindo que nenhuma atividade educativa fugisse ao controle estabelecido. A pedagogia do medo e da obediência impregnava o cotidiano escolar, tornando a educação um espaço de conformismo e não de transformação.

Em suma, a censura e o controle ideológico impostos pela ditadura militar tiveram efeitos profundos e duradouros sobre a educação brasileira. Ao restringir o livre pensar e sufocar a crítica, o regime comprometeu o papel formador da escola e deixou marcas que ainda podem ser percebidas nas estruturas educacionais atuais, especialmente na dificuldade em lidar com temas políticos e históricos de forma aberta e plural.

5 A REFORMA DO ENSINOA E A LEI 5.692/71

A educação, ao longo do tempo, tem assumido papel decisivo na construção da identidade cidadã dos indivíduos. Por meio de práticas pedagógicas inclusivas e participativas, os sujeitos desenvolvem a capacidade de pensar criticamente, agir de forma responsável e se engajar em processos sociais coletivos. É nesse contexto que a escola se apresenta como espaço privilegiado para a formação de valores, atitudes e competências essenciais à convivência democrática.

A educação, ao longo do tempo, tem assumido papel decisivo na construção da iden-

tidade cidadã dos indivíduos. Por meio de práticas pedagógicas inclusivas e participativas, os sujeitos desenvolvem a capacidade de pensar criticamente, agir de forma responsável e se engajar em processos sociais coletivos. É nesse contexto que a escola se apresenta como espaço privilegiado para a formação de valores, atitudes e competências essenciais à convivência democrática.
A educação, ao longo do tempo, tem assumido papel decisivo na construção da identidade cidadã dos indivíduos. Por meio de práticas pedagógicas inclusivas e participativas, os sujeitos desenvolvem a capacidade de pensar criticamente, agir de forma responsável e se engajar em processos sociais coletivos. É nesse contexto que a escola se apresenta como espaço privilegiado para a formação de valores, atitudes e competências essenciais à convivência democrática.
6 A MILITARIZAÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR
Durante a ditadura militar (1964–1985), a presença dos valores e da lógica militar nas instituições escolares foi intensificada a ponto de moldar não apenas os conteúdos curriculares, mas também as relações pedagógicas, a gestão escolar e o comportamento esperado dos alunos. Esse processo de militarização da educação teve como base a crença do regime de que a disciplina, a hierarquia e a obediência seriam elementos fundamentais para formar "bons cidadãos", segundo a ideologia autoritária vigente.

A estrutura das escolas foi reorganizada para se aproximar dos modelos militares, tanto no que se refere à administração quanto às práticas cotidianas. A figura do diretor assumia uma posição semelhante à de um comandante, com autoridade quase absoluta sobre os demais membros da comunidade escolar. Os professores eram incentivados a adotar posturas rígidas, e os estudantes eram cobrados por comportamentos que obedecessem a uma disciplina estrita: silêncio nas salas de aula, respeito inquestionável aos superiores, uniformização do vestuário e participação em cerimônias cívicas obrigatórias, como o hasteamento da bandeira e o canto do hino nacional.

Além disso, a presença das Forças Armadas se fazia notar nas ações de fiscalização e repressão dentro das escolas e universidades. Órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) monitoravam atividades estudantis e docentes, buscando identificar possíveis focos de “subversão”. Não era raro que escolas fossem invadidas por militares sob a justificativa de conter manifestações ou apurar denúncias contra professores que promoviam debates considerados perigosos.

Essa militarização também estava presente nos conteúdos escolares, especialmente nas disciplinas cívicas e morais. A Educação Moral e Cívica, por exemplo, transmitia valores como patriotismo, disciplina, respeito à autoridade e combate ao comunismo, todos pilares do discurso do regime. O nacionalismo exacerbado, a valorização das Forças Armadas e a desconfiança em relação às ideias progressistas eram estimulados desde os primeiros anos da vida escolar.

Essa atmosfera autoritária não apenas cerceava a liberdade de expressão e o pensamento crítico, como também produzia um ambiente de medo e silêncio. Estudantes eram desestimulados a fazer perguntas ou expressar opiniões próprias, e muitos professores se viam forçados a evitar temas relevantes para a formação cidadã por receio de represálias. A escola deixou de ser um espaço de construção coletiva do saber para se tornar um ambiente de adestramento social e ideológico.

Outro reflexo da militarização foi o estímulo à delação e à vigilância entre os membros da comunidade escolar. Alunos podiam ser instigados a relatar comportamentos “suspeitos” de colegas ou professores, instaurando um clima de desconfiança e ruptura nos vínculos interpessoais. Essa prática corroía o sentido ético da convivência escolar e naturalizava a ideia de que a repressão era um mecanismo legítimo de controle social.

Em resumo, a militarização das escolas durante a ditadura não se restringiu à presença física de militares ou à imposição de ritos

cívicos. Ela se manifestou profundamente na cultura educacional, moldando comportamentos, silenciando saberes e restringindo a autonomia pedagógica. Suas marcas ainda persistem em algumas práticas escolares contemporâneas que valorizam mais a ordem do que a escuta, a obediência do que a reflexão, e a padronização do que a diversidade.

7 A SUPRESSÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO

Um dos principais objetivos da ditadura militar ao intervir no sistema educacional foi impedir o florescimento de uma consciência crítica entre os estudantes e educadores. O pensamento crítico — aquele que questiona, investiga, relaciona fatos históricos e propõe transformações sociais — era visto como uma ameaça à estabilidade do regime, que se sustentava em valores autoritários, conservadores e antidemocráticos. Dessa forma, a supressão da reflexão crítica tornou-se uma política deliberada no contexto escolar.

Esse controle se deu, primeiramente, por meio do conteúdo curricular. As disciplinas escolares foram reorganizadas para evitar o debate de temas considerados sensíveis ou subversivos. A História, por exemplo, passou a ser ensinada de forma superficial e distorcida, com a valorização exagerada dos feitos nacionais e a omissão de movimentos sociais e populares que questionavam a ordem estabelecida. Já a Sociologia e a Filosofia — disciplinas por excelência voltadas à reflexão crítica — foram retiradas do currículo das escolas por mais de duas décadas, com a justificativa de que eram desnecessárias ou incompatíveis com a formação do "cidadão produtivo".

Além disso, a pedagogia adotada era autoritária e verticalizada. O aluno era visto como um recipiente passivo de informações, e o professor, como alguém que deveria transmitir conhecimentos sem estimular debates ou questionamentos. Esse modelo reduziu o processo educacional a uma mera reprodução de conteúdos, distanciando-se das propostas pedagógicas que valorizam a construção ativa do saber. A metodologia de ensino foi moldada para evitar o diálogo, a problematização e a análise crítica da realidade social.

As universidades, historicamente espaços de efervescência intelectual, também foram alvo dessa política de silenciamento. Com a promulgação do AI-5 e o fortalecimento dos mecanismos de repressão, muitos cursos superiores sofreram intervenção direta do governo. Professores considerados “subversivos” foram aposentados compulsoriamente, exilados ou silenciados. Grêmios, centros acadêmicos e diretórios estudantis foram fechados ou rigidamente controlados, interrompendo canais importantes de organização estudantil e troca de ideias. A universidade, ao invés de ser um espaço de liberdade e experimentação, tornou-se um território controlado e vigiado.

A supressão do pensamento crítico também se refletiu na formação de professores. As faculdades de educação passaram a formar docentes com base em princípios técnicos e administrativos, deixando em segundo plano as discussões filosóficas, políticas e sociais sobre o papel da educação. Com isso, muitos profissionais da educação foram formados para repetir conteúdos e seguir normas, e não para refletir sobre as práticas educativas e propor transformações significativas no ensino.

A ausência do pensamento crítico na escola teve consequências profundas e duradouras. Uma delas foi o enfraquecimento da cidadania. Sem acesso à reflexão crítica, os estudantes foram privados das ferramentas necessárias para compreender a sociedade em que vivem, questionar injustiças, exercer sua participação política e contribuir para mudanças sociais. A escola, que poderia ser um espaço de empoderamento e emancipação, foi transformada em um local de conformismo e reprodução ideológica.

Portanto, a supressão do pensamento crítico durante a ditadura comprometeu o desenvolvimento intelectual e social de gerações inteiras de brasileiros. Romper com esse legado autoritário tem sido um dos grandes desafios da educação contemporânea, que

busca resgatar o valor da reflexão, do diálogo e da ação consciente como princípios essenciais para a formação de sujeitos autônomos e atuantes na sociedade.

8 A RESISTENCIA EDUCACIONAL DURANTE A DITADURA

Apesar do intenso controle e repressão impostos pela ditadura militar, a resistência no campo da educação foi uma realidade constante e fundamental para a preservação dos valores democráticos e humanistas. Professores, estudantes, intelectuais e setores da sociedade civil organizaram-se para contestar o autoritarismo, denunciar violações de direitos e buscar alternativas pedagógicas que promovesse a liberdade de pensamento e a justiça social.

Um dos principais focos de resistência foram as universidades públicas, historicamente centros de produção crítica e debate político. Mesmo diante da repressão — que incluía prisões, torturas, cassações de mandatos e fechamento de espaços acadêmicos —, estudantes e professores mantiveram viva a luta contra o regime. Organizaram movimentos clandestinos, publicaram manifestos, promoveram greves e debates que questionavam os rumos da educação e do país. A mobilização estudantil, embora duramente reprimida, foi fundamental para denunciar as arbitrariedades da ditadura e exigir a redemocratização.

No âmbito da educação básica, professores de diversas regiões adotaram práticas pedagógicas que buscavam estimular o pensamento crítico, a autonomia dos alunos e o debate sobre a realidade social. Embora muitas vezes atuando de forma discreta e individual, esses educadores resistiram à doutrinação oficial e promoveram uma educação libertadora. As metodologias inspiradas em Paulo Freire, por exemplo, ganharam força e inspiraram uma pedagogia voltada para a conscientização e transformação social, mesmo que sua aplicação fosse dificultada pela censura e pelo medo.

A Igreja Católica, especialmente por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Pastoral da Juventude, desempenhou papel importante nesse processo. Através da promoção da educação popular e da formação política de jovens e trabalhadores, a Igreja contribuiu para fortalecer a resistência contra a opressão e promover a solidariedade social. Muitas vezes, essa atuação ocorreu em espaços alternativos, fora das escolas oficiais, criando redes de apoio e comunicação entre os perseguidos pelo regime.

Além disso, intelectuais e educadores exilados no exterior continuaram a produzir conhecimento crítico e a influenciar o pensamento educacional brasileiro. Paulo Freire, um dos maiores educadores brasileiros, desenvolveu suas ideias durante o exílio, propondo uma pedagogia libertadora que se tornaria referência mundial. Essa produção teórica foi fundamental para a reconstrução da educação brasileira após o fim da ditadura, servindo como base para a retomada de uma perspectiva crítica e democrática.

As experiências de resistência também estimularam a criação de organizações de direitos humanos, movimentos estudantis e sindicatos independentes, que no final da década de 1970 e início dos anos 1980 começaram a articular uma pressão social mais ampla pelo fim do regime e pela democratização do país. A educação foi um dos campos onde essa mobilização teve maior força, impulsionando transformações significativas após a redemocratização.

Em suma, a resistência educacional durante a ditadura demonstrou que, mesmo em contextos adversos e repressivos, é possível cultivar espaços de liberdade e contestação. Essa luta foi decisiva para preservar a memória dos direitos humanos, fomentar o pensamento crítico e preparar as bases para uma educação mais justa e democrática no Brasil pós-ditadura.

9 AS CONSEQUÊNCIAS DA DITADURA NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

As marcas deixadas pela ditadura militar no sistema educacional brasileiro ainda são evidentes nas estruturas, práticas e políticas

educacionais vigentes, mesmo após mais de três décadas de redemocratização. O legado autoritário influencia aspectos cruciais como a organização curricular, a formação dos professores, a gestão escolar e a própria concepção de educação que predomina em muitos espaços.

Uma das consequências mais notáveis é a persistência de um modelo educacional tecnicista e conteudista, que privilegia a transmissão de conhecimentos fragmentados e padronizados, em detrimento da formação integral do sujeito crítico e ativo. Essa característica pode ser rastreada à reforma educacional imposta pela Lei 5.692/71, que moldou o ensino para atender às demandas econômicas do regime e deixou pouco espaço para o desenvolvimento do pensamento reflexivo e da autonomia do estudante.

Além disso, o sucateamento e a desvalorização da carreira docente são problemas que também possuem raízes na política educacional da ditadura. O afastamento do professor como agente intelectual e crítico da educação, aliado à militarização e ao controle ideológico do período, contribuiram para a baixa valorização da profissão. Hoje, desafios como baixos salários, falta de condições adequadas de trabalho e formação inicial e continuada deficiente ainda refletem esse passado.

A memória seletiva e o silêncio sobre os crimes e violências cometidos durante o regime dificultam a construção de uma educação que dialogue plenamente com a história recente do país. Muitas escolas e instituições educacionais não incorporam o ensino da memória da ditadura, o que limita a compreensão crítica dos alunos sobre os valores democráticos e os direitos humanos. Essa ausência contribui para a perpetuação de atitudes autoritárias e a pouca resistência a práticas de exclusão social.

Por outro lado, houve avanços importantes no campo da educação desde o fim do regime militar. A Constituição Federal de 1988 reafirmou a educação como direito social fundamental e estabeleceu princípios democráticos para o sistema educacional. Movimentos sociais, educadores e pesquisadores têm lutado pela implementação de políticas públicas que promovam a inclusão, a diversidade cultural e a formação cidadã. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, por exemplo, reafirmou o papel emancipatório da educação, ainda que os desafios permaneçam.

Outro impacto significativo é a necessidade constante de enfrentamento das práticas autoritárias que se mantêm, por vezes, nas escolas, tais como a imposição de disciplina excessiva, a censura velada, o preconceito e a exclusão. Reconhecer e combater essas manifestações é um passo fundamental para garantir que a educação seja um espaço de respeito à diversidade, pluralidade de ideias e promoção dos direitos humanos.

Por fim, a educação brasileira contemporânea carrega o desafio de superar as influências da ditadura e construir um sistema educacional que seja verdadeiramente democrático, inclusivo e crítico. Isso requer políticas que valorizem o professor, estimulem a participação da comunidade escolar, promovam o ensino de temas relacionados à cidadania e memória histórica e fortaleçam a pedagogia crítica como eixo central da formação.

10 A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA E CRÍTICA

Para romper com os resquícios da ditadura na educação, é necessário fortalecer uma pedagogia democrática, baseada na participação, no diálogo e na valorização da diversidade. O currículo escolar deve refletir a pluralidade cultural e histórica da sociedade brasileira, permitindo que os estudantes desenvolvam autonomia e pensamento crítico.

A valorização do professor como agente de transformação social e a criação de espaços de escuta nas escolas são fundamentais para a construção de uma educação comprometida com a justiça social e os direitos humanos.

A educação, ao longo do tempo, tem assumido papel decisivo na construção da iden-

tidade cidadã dos indivíduos. Por meio de práticas pedagógicas inclusivas e participativas, os sujeitos desenvolvem a capacidade de pensar criticamente, agir de forma responsável e se engajar em processos sociais coletivos. É nesse contexto que a escola se apresenta como espaço privilegiado para a formação de valores, atitudes e competências essenciais à convivência democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos impactos da ditadura militar na educação brasileira evidencia um período marcado por profundas transformações estruturais, políticas e ideológicas que deixaram marcas duradouras no sistema educacional. A partir de 1964, o governo autoritário implementou reformas que visavam não apenas a reorganização técnica da educação, mas, sobretudo, o controle ideológico da sociedade por meio da escola.

A censura, a repressão aos movimentos estudantis e docentes, a eliminação do pensamento crítico dos currículos e a priorização de uma formação tecnicista e disciplinadora moldaram uma educação voltada à reprodução da ordem vigente. A escola perdeu, nesse contexto, sua função social de formação cidadã e passou a operar como um instrumento de contenção das aspirações democráticas.

Entretanto, ao longo desse período sombrio, diversos atores sociais resistiram à imposição do autoritarismo pedagógico. A atuação de setores da Igreja, de intelectuais e de movimentos sociais foi fundamental para a preservação da esperança em uma educação libertadora. Essa resistência silenciosa, mas potente, alimentou o processo de reconstrução democrática iniciado na década de 1980 e ainda em curso.

As consequências do regime militar na educação contemporânea são múltiplas. A permanência de práticas pedagógicas autoritárias, a precarização das condições de ensino, a desigualdade no acesso à educação de qualidade e as tentativas recorrentes de controle ideológico revelam que a herança desse período ainda não foi completamente superada. O silêncio curricular sobre a ditadura, em muitas escolas, impede a construção de uma consciência histórica crítica e favorece a repetição de erros do passado.

Diante disso, é imprescindível que a educação brasileira assuma de forma clara seu compromisso com a democracia, a justiça social e os direitos humanos. Isso implica fortalecer a formação crítica dos estudantes, valorizar o magistério, garantir o acesso universal e igualitário à educação e promover o ensino da história recente como ferramenta de conscientização política.

Somente a partir da memória, da crítica e da ação transformadora será possível consolidar uma educação verdadeiramente democrática, capaz de formar sujeitos livres, conscientes e comprometidos com a construção de um país mais justo. O legado da resistência à ditadura deve servir como inspiração e fundamento para que nunca mais se repitam os anos de opressão, silenciamento e medo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). São Paulo: Loyola, 1984.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofando: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvaturas da vara. Campinas: Autores Associados, 1983.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOARES, Magda. Educação na ditadura mili-

tar: imposição, resistência e legado. Revista Brasileira de Educação, n. 69, 2017.